



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**31/03/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. OBRAS / REFORMAS.....	1 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4 - 5
2.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	7
4. JORNAL EXTRA	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	9 - 10
5.2. VARA CRIMINAL.....	11
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	12
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	13
7.2. OBRAS / REFORMAS.....	14
7.3. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	15

## Fórum de Santa Luzia será inaugurado nesta quinta-feira



Pág. 3

## Fórum de Santa Luzia será inaugurado nesta quinta



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entregará, nesta quinta-feira (31), às 10h, o novo Fórum da Comarca de Santa Luzia, distante 293 Km de São Luís, integrada ao polo de Pindaré.

A nova sede do Poder Judiciário – instalada na Avenida Nagib Hackel, no centro da cidade – tem 370,95 metros quadrados de área construída. De entrância intermediária, a Comarca de Santa Luzia atende, também, ao Termo Judiciário de Alto Alegre do Pindaré.

A nova unidade está estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização e segue projeto padrão da Diretoria de Engenharia do Poder Judiciário estadual.

É dotada de duas unidades jurisdicionais, salas para audiência, distribuição, protocolo, OAB, oficiais de Justiça, gabinete do magistrado, secretaria, arquivo, salão do júri com

82 lugares, banheiros feminino, masculino e para portadores de necessidades especiais.

A obra foi iniciada, em maio de 2014, com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ), através de pregão presencial nº 121/2012, que resultou na celebração do Contrato de Prestação de Serviço nº 88/2013, no valor de R\$ 2.285.270,00.

70% dos prefeitos ainda não entregaram prestação de contas ao TCE/MA.

Prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, entrega a prestação de contas do município ao presidente do TCE Jorge Pavão.

O presidente do TCE, conselheiro Jorge Pavão, recebeu nesta quarta-feira (30/03) do prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, a prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2015 daquele município. Até

agora, somente 64 prefeituras (30% do total de municípios maranhenses), 60 câmaras de vereadores e quatro secretarias de Estado já entregam as documentações exigidas constitucionalmente.

O prazo final de entrega das prestações de contas do exercício financeiro de 2015 é na segunda-feira, dia 4 de abril. Nesse sentido, o TCE/MA definiu que o regime de recebimento nos dois últimos dias de entrega, 1º e 4 de abril, será realizado excepcionalmente das 8 às 18 horas. Nesses dias, as supervisões de protocolo ficarão exclusivamente voltadas ao recebimento e à autuação de documentos relativos à prestação de contas do exercício financeiro de 2015.

Os jurisdicionados estaduais e municipais que não fizerem a apresentação no prazo estabelecido estarão sujeitos a aplicação de multas (R\$ 4 mil para secretários de Estado,

chefes de poder e prefeitos e R\$ 2 mil para presidentes de Câmaras) e outras penalidades previstas na Lei Estadual 8.258/205, a exemplo da abertura de Tomada de Contas Especial.

**Passo-a-passo** - O primeiro passo da entrega das prestações de contas acontece na supervisão de protocolo do TCE. Nesse setor, uma equipe realiza a verificação dos aspectos formais pertinentes ao ato de entregar as contas ao tribunal. Terminada esta fase, a documentação é imediatamente encaminhada para a unidade técnica.

Na unidade técnica será verificada pelos auditores estaduais de controle externo que atuam no setor se a composição da documentação que está sendo entregue atende às normas estabelecidas pelo TCE. Cada instância da administração pública obedece a uma composição específica em termos de documentação para fins de prestação de contas.

Após essa etapa, a prestação de contas é recebida e enviada imediatamente via sistema para o setor responsável pelos procedimentos de análise.

Além do cumprimento do prazo de entrega, uma recomendação importante aos gestores é que procurem verificar se o seu cadastro junto ao TCE está atualizado. Somente gestores cujo cadastro esteja com todas as informações atualizadas poderão entregar suas contas ao órgão.

A jovem Talita Laci (PCdoB) começará no próximo sábado (02) na Quadra do Sesc, no bairro do Inhaúma, a partir das 15h, um novo desafio: Percorrer todos os bairros do município de Raposa, ouvindo a população a respeito da realidade de cada canto da cidade, e assim, construir com lideranças políticas o modelo de Programa de Governo da sua campanha.

Talita copia a iniciativa pioneira de Flávio Dino, quando então pré-candidato a governador decidiu percorrer todas as regiões do Estado dialogando com os maranhenses para construção do plano de governo baseado em três premissas principais: Democracia, Igualdade e Desenvolvimento para todos.

O Movimento Diálogos pela Raposa, que será lançado durante ato político no Terceiro Encontro Municipal do PCdoB, é um convite aos raposenses para a realização de um programa de mudanças que faça prevalecer a união e a participação popular contra a prática de exclusão e de monopólio do poder, presente há 12 anos na política local. É ainda uma proposta de diálogo a partir do acesso à saúde pública de qualidade e a discussão de dados sobre a Educação, também serão pontos debatidos.

**Projeto** - O Movimento Diálogos pela Raposa acontece em um momento

em que o Estado passa por profundas mudanças, após romper com uma oligarquia que açoitava o Maranhão há mais de 40 anos. A preocupação dos mentores do Movimento é elaborar um projeto de governo que possa ser executado em parceria com o Governo do Maranhão.

A partir de seminários e debates com todos os raposenses, as lideranças do movimento querem ouvir da população quais os problemas que afligem os quatro cantos da cidade.

Para Talita Laci, esta é a melhor maneira de promover o desenvolvimento de todos os bairros: conhecendo seus problemas e, a partir de investimento em suas potencialidades, promover o avanço do município.

"É um movimento em favor da nossa Cidade. Para que ele saia desse marasmo e que nós mesmos comecemos a discutir o nosso município, a nossa realidade. É importante que a gente fale, mas é mais importante que a gente ouça," explicou Talita Laci.

**Bairros** - Os debates devem passar pelos bairros: Inhaúma; Vila Maresia; Juçara; Vila Bom Viver; Vila Nova; Vila Laci; Itapéua; Caúra; Alto da Base; Domingão da Sorte; Cumbique; Residencial Palmeira; Alto do Farol; Boa Esperança; Nova São Luís; Araçagy; Olho de Porco; Residencial Talita e a Pirâmide.

47 detentos  
não voltaram  
da saída  
temporária  
da Páscoa

PÁGINA 10

## 47 detentos não voltaram da saída temporária da Páscoa

O Governo do Estado informa que dos 351 detentos beneficiados com a saída temporária no período de Páscoa, que efetivamente dei-

xaram o sistema prisional e delegacias, na manhã do dia 23 deste mês, 304 retornaram às suas respectivas unidades prisionais; e 47 apenados,

portanto, não cumpriram o prazo de retorno para às 18h desta terça-feira (29), determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana

Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 008/2016, que prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu.

# Governo, MP e TJ discutem melhorias para adolescentes em conflito com a lei em reunião

O governador Flávio Dino recebeu, na noite da última terça-feira (29), no Palácio dos Leões, uma comissão formada por representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e representantes de órgãos ligados aos direitos da criança e do adolescente. O encontro teve como objetivo discutir ações de melhoria da realidade do adolescente em conflito com a lei, formular e operar planos, programas e projetos para a aplicação de medidas socioeducativas.

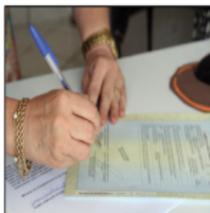
A reunião foi pautada em quatro eixos principais: a implementação de um sistema socioeducativo no Maranhão e a definição de uma política de atenção integral do adolescente em conflito com a lei; a necessidade de regionalização das Unidades de Internação da Funac (Fundação da Criança e do Adolescente); ações que visem a saúde mental dos adolescentes atendidos; e a implantação de regimes em meio aberto.

A presidente da Funac, Elisângela Cardoso, explicou que o encontro foi

proveitoso no sentido de debater, com representantes de vários órgãos, as demandas que devem ser estabelecidas para tratar dos avanços nas medidas socioeducativas no Maranhão. “As expectativas são as melhores possíveis porque demonstra o compromisso do governador Flávio Dino e da equipe de Governo que já têm quais são as diretrizes e as principais ações que tem que ser implementadas”, ressaltou.

Ela destacou que a elaboração de um atendimento socioeducativo no Mara-

nhão, no que diz respeito a todas as ações civis públicas, movidas ou pelo órgão de justiça, ou por organismo como centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente foi discutida na reunião. Além disso, foi apresentada também demanda de reativação do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional e o Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente. “Ambas as demandas foram classificadas pelo governador como prioritárias”, esclareceu a presidente.



MPMA recomenda que cartórios não registrem nomes que exponham pessoas ao ridículo

Os cartórios receberam a recomendação do MPMA - PÁGINA 2

## MPMA recomenda que cartórios não registrem nomes que exponham pessoas ao ridículo



Os cartórios receberam a recomendação do MPMA

Os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de São Luís receberam Recomendação do Ministério Público do Maranhão para que se recusem a registrar pessoas com nomes e prenomes que as exponham ao ridículo.

Na Recomendação, datada de fevereiro deste ano, a promotora de justiça Márcia Lima Buhatem, titular da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, orienta que o registro somente seja feito com o conhecimento do oficial ou suboficial do cartório, e não apenas do atendente no balcão.

“Que (o atendente) exponha a situação ao requerente, demonstrando a necessidade de opção por outro nome e, havendo resistência, recuse-se a registrar e encaminhe o caso ao juiz competente, imediatamente”, acrescenta, ainda, o texto da Recomendação.

A promotora de justiça

requisitou que a Recomendação seja afixada no local de maior visibilidade do cartório. Marcia Buhatem esclareceu que a providência está amparada no parágrafo único da Lei nº 6.015/1973, que determina que “os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente”.

A medida também está respaldada na Recomendação 02/2016, emitida pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, em janeiro de 2016, aos promotores de justiça com atribuição na área dos direitos fundamentais, para que expedissem a referida orientação aos cartórios de registro civil de todos os municípios maranhenses.

Apenados

## 47 não retornam após saída temporária

POLÍCIA 5



Complexo Penitenciário, de onde saíram 351 presos para passar a Páscoa em casa, mas 47 não voltaram

# 47 apenados beneficiados com saída temporária não retornam

Todos passam agora à condição de foragidos da Justiça e se somam aos 234 que fugiram nas cinco saídas do ano passado; prazo para retorno estabelecido pela portaria da Justiça seria na terça-feira, 29, até as 18h

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

**Q**uarenta e sete apenados beneficiados com a saída temporária da Semana Santa não retornaram ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas no prazo estabelecido pelo Poder Judiciário, que seria na terça-feira, 29, segundo a Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). No ano passado, 234 detentos beneficiados nas cinco saídas temporárias definidas por lei não retornaram ao presídio, o que eleva para 281 o número de detentos considerados foragidos da Justiça.

De acordo com a nota da assessoria de comunicação do Governo do Estado, divulgada ontem, dos 351 detentos beneficiados com a saída temporária no período de Páscoa, que efetivamente deixaram o sistema prisional e delegacias, na manhã do dia 23 de março, 304 retornaram às suas respectivas unidades prisionais e 47 apenados não cumpriram o prazo de retorno, que estava previsto para a terça-feira.

A saída temporária foi determinada por meio da portaria de número 08/2016 assinada pela

juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu. Esse benefício está previsto na Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84). Segundo o artigo 123 da referida lei, “a autorização será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária”.

O apenado, para receber esse benefício, deverá ter comportamento adequado e cumprido no mínimo um sexto da pena, se for primário, e um quarto da pena, caso reincidente. A autorização pode ser concedida por até sete dias, renovada até quatro vezes durante o ano, somente concedida pelo juiz da Execução Penal, mas, após manifestações do Ministério Público e da administração penitenciária, desde que atendidos os critérios estabelecidos na lei.

O interno beneficiado deve seguir algumas normas quando estiver fora do presídio, como não in-

### NÚMEROS

# 47

foi o número de apenados beneficiados com a saída temporária da Páscoa que não retornaram ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas terça-feira, como estabelecido na portaria

# 281

É o número de presidiários de Pedrinhas que estão foragidos, já que não retornaram às suas unidades, em seis saídas temporárias, sendo cinco em 2015 e uma este ano

gerir bebidas alcoólicas, não portar armas e não frequentar bares, festas e/ou similares. O recolhimento deles às respectivas residências deve acontecer até as 20h.

### Foragidos

Das cinco saídas temporárias que ocorreram em 2015, 234 apenados não retornaram aos presídios.

O primeiro benefício foi também na época da Semana Santa, em abril. Neste período, 281 internos de Pedrinhas foram beneficiados, mas 54 não retornaram para o sistema prisional. Na saída do Dia das Mães, ocorrida em maio, o Poder Judiciário concedeu o benefício a 256 detentos e 32 não voltaram.

Em agosto, na saída temporária do Dia dos Pais, dos 321 beneficiados, 51 desobedeceram à lei. Em outubro, na saída temporária do Dia das Crianças, dos

**Portaria foi assinada pela juíza da VEP**

321 beneficiados, 275 retornaram no período certo estabelecido pela lei às unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Já na saída temporária de Natal, dos 345 apenados que efetivamente deixaram o sistema prisional no dia 23 de dezembro, 51 não retornaram até o dia 29. Desses, um deles, identificado como Ivanor Pereira Santos, de 46 anos, foi morto a tiros na noite do dia 28, no bairro São Bernardo. ●

## NOTA – Saída temporária de detentos no período da Páscoa

O Governo do Estado informa que dos 351 detentos beneficiados com a saída temporária no período de Páscoa, que efetivamente deixaram o sistema prisional e delegacias, na manhã do dia 23 deste mês, 304 retornaram às suas respectivas unidades prisionais; e 47 ape-

nados, portanto, não cumpriram o prazo de retorno para às 18h desta terça-feira (29), determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 008/2016, que prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu.



## Governo, MP e TJ discutem melhorias para adolescentes em conflito com a lei em reunião

O encontro teve como objetivo discutir ações de melhoria da realidade do adolescente em conflito com a lei, formular e operar planos, programas e projetos para a aplicação de medidas socioeducativas

O governador Flávio Dino recebeu, na noite da última terça-feira (29), no Palácio dos Leões, uma comissão formada por representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e representantes de órgãos ligados aos direitos da criança e do adolescente. O encontro teve como objetivo discutir ações de melhoria da realidade do adolescente em conflito com a lei, formular e operar planos, programas e projetos para a aplicação de medidas socioeducativas.

A reunião foi pautada em quatro eixos principais: a implementação de um sistema socioeducativo no Maranhão e a definição de uma política de atenção integral do adolescente em conflito com a lei; a necessidade de regionalização das Unidades de Internação da Funac (Fundação da Criança e do Adolescente); ações que visem a saúde mental dos adolescentes atendidos; e a implantação de regimes em meio aberto.

A presidente da Funac, Elisângela Cardoso, explicou que o encontro foi proveitoso no sentido de debater, com representantes de vários órgãos, as demandas que devem ser estabelecidas para tratar dos avanços nas me-



Encontro com representantes de vários órgãos

das socioeducativas no Maranhão. "As expectativas são as melhores possíveis porque demonstra o compromisso do governador Flávio Dino e da equipe de Governo que já têm quais são as diretrizes e as principais ações que tem que ser implementadas", ressaltou.

Ela destacou que a elaboração de um atendimento socioeducativo no Maranhão, no que diz respeito a todas as ações civis públicas, movidas ou pelo órgão de justiça, ou por organismo como centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente foi discutida na reunião. Além disso, foi apresentada também demanda de reativação do Centro Integrado de Atendimento ao

Adolescente Autor de Ato Infracional e o Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente. "Ambas as demandas foram classificadas pelo governador como prioritárias", esclareceu a presidente.

Regionalização das Unidades de Internação - O promotor da Infância e da Juventude, Márcio Tadeu, disse que o Ministério Público reconhece que houve um avanço significativo na política socioeducativa do Estado com nova abordagem, nova forma de relacionamento, inclusive com o sistema de garantia de direitos. "Entretanto existem dívidas históricas, algumas delas conformadas em condenações do Governo Estadual e obriga-

ção de regionalizar as unidades socioeducativas", explicou.

Ele informou que desde 1998 existe uma resolução do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, determinando a regionalização das Unidades de Internação do Maranhão em oito polos. Atualmente, o Estado só conta com centros em São Luís e Imperatriz, o que, segundo ele, é a mesma gênese do sistema prisional, pois a centralização ocasiona o surgimento de facções. "Prevenir a concentração das unidades em São Luís é importante para não favorecer essa juvenlização das facções criminais", pontuou.

ÚLTIMAS Pág. 08

## Mais de 40 detentos não retornam da saída temporária no período da Páscoa

### SAÍDA TEMPORÁRIA



O Governo do Estado informa que dos 351 detentos beneficiados com a saída temporária no período de Páscoa, que efetivamente deixaram o sistema prisional e delegacias, na manhã do dia 23 deste mês, 304 retornaram às suas respectivas unidades prisionais; e 47 apenados, portanto, não cumpriram o prazo de retorno para às 18h desta terça-feira (29), determinado pela juíza da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Ana Maria Almeida Vieira, por meio da Portaria 008/2016, que prevê pena de regressão de regime para quem a descumpriu.

## Decisão

O preso Matias Eduardo Mendes Matos, conhecido como "Sapato", foi condenado a mais 15 anos e nove meses de reclusão pelo assassinato, a golpes de chuço, dos detentos Marcos Aurélio da Silva e Durval Oliveira Rodrigues. As mortes aconteceram na madrugada do dia 1º de abril de 2013, no Presídio São Luís II, em Pedrinhas. Outros três presos também foram acusados de participação no crime. Matias Eduardo Mendes Matos é reincidente e responde a processo por homicídio, em tramitação na 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, em que é acusado da morte de Pedro de Araújo da Silva. Contra o réu há também há duas execuções criminais, com sentença transitada em julgado.

Balcão de Renegociação registrou mais de R\$ 2 milhões em acordos em Imperatriz

P4c1



Rilbamar Pinheiro

## Balcão de Renegociação registra mais de R\$ 2 milhões em acordos em Imperatriz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) registrou mais de R\$ 2 milhões em acordos entre clientes, empresas e instituições, durante o “Balcão de Renegociação de Dívidas”, realizado em Imperatriz, no Imperial Shopping, entre os dias 15 e 18 deste mês.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, que compareceu à abertura da programação, reafirmou o apoio da Corte à iniciativa, implementada pelo Núcleo de Conciliação do Poder Judiciário através do programa “Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos”.

Foram celebrados 1.112 acordos durante o evento. O valor total das dívidas levadas para o “Balcão de Renegociação de Dívidas” foi calculado em R\$ 4 milhões, e o valor renegociado foi de R\$ 2,2 milhões. A Secretaria da Fazenda do Estado contabilizou o maior índice de negociações (148); a Secretaria da Fazenda e Gestão Orçamentária renegociou o maior valor (R\$ 239 mil); o Bradesco registrou a dívida origi-

Rilbamar Pinheiro



**O volume de renegociações foi bastante significativo**

nária mais vultosa (R\$ 527 mil) e o Itaú foi a instituição financeira que ofereceu o maior desconto em juros na celebração de acordos, chegando a 99%.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, acompanhou as atividades desenvolvidas no local e agradeceu a participação das empresas e instituições parceiras, em especial o Procon – responsável pela organização da Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Superendivida-

mento” - com o qual o Judiciário firmou parceria na realização do Balcão.

“Esse foi um trabalho coroado de êxito em que os cidadãos tiveram a oportunidade de negociar dívidas com valores menores e de forma facilitada. Nada disso seria possível sem o valioso apoio dos parceiros, principalmente o Procon”, frisou o magistrado.

Almeida parabenizou o trabalho da coordenadora do Polo de Conciliação de Imperatriz, juíza Ana Beatriz Maia, que co-

mandou a organização do Balcão, juntamente com a equipe do 2º Juizado Especial Cível.

Entre as empresas e instituições que estiveram presentes no evento, incluem-se Armazém Paraíba, Associação Comercial e Industrial, Associação de Direito do Consumidor da OAB, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Ceape), Cemar, Caema, Credishop, Educação Adventista, Facimp, Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), Friobom, Imperial Shopping, Itaú, Ótica Maia e Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria da Fazenda e Gestão Orçamentária (Sefazgo), Secretaria da Receita Estadual e Municipal, Unimed, Unisulma e Voz Gestão de Cobrança.

O evento contou com o apoio da Coordenadoria dos Juizados Especiais, da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e do Núcleo de Conciliação do TJMA. (Asscon TJMA)

- A Corregedoria Geral da Justiça apóia o I Ciclo de Debates dos Notários e Registradores do Maranhão, que será realizado nos dias 15 e 16 de abril no Fórum de São Luís, sobre os temas Registro Civil das Pessoas Naturais e Usucapião Extrajudicial.

- O Tribunal de Justiça entregará, hoje, às 10h, o novo Fórum da Comarca de Santa Luzia, distante 293 Km de São Luís e integrada ao polo de Bacabal.

## **Cartórios não devem registrar nomes que exponham as pessoas ao ridículo**

Os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais de São Luís receberam Recomendação do Ministério Público do Maranhão para que se recusem a registrar pessoas com nomes e prenomes que as exponham ao ridículo. Na Recomendação, datada de fevereiro deste ano, a promotora de justiça Márcia Lima Buhatem, titular da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, orienta que o registro somente seja feito com o conhecimento do oficial ou suboficial do cartório, e não apenas do atendente no balcão. “Que (o atendente) exponha a situação ao requerente, demonstrando a necessidade de opção por outro nome e, havendo resistência, recuse-se a registrar e encaminhe o caso ao juiz competente, imediatamente”, acrescenta, ainda, o texto da Recomendação.

A promotora de justiça requisitou que a Recomendação seja afixada no local de maior visibilidade do cartório. Marcia Buhatem esclareceu que a providência está amparada no parágrafo único da Lei nº 6.015/1973, que determina que “os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente”.

A medida também está respaldada na Recomendação 02/2016, emitida pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, em janeiro de 2016, aos promotores de justiça com atribuição na área dos direitos fundamentais, para que expedissem a referida orientação aos cartórios de registro civil de todos os municípios maranhenses.